



RENATA VALENTI SÓCIA DA PLMJ COLAB ANGOLA - RVA ADVOGADOS

## “Nenhuma economia pode crescer sustentada, exclusivamente, com recurso aos cofres do Estado”

Isaque Lourenço

É uma advogada discreta e que procura reflectir eficiência em cada decisão. Ao aceitar falar ao *Economia & Finanças* sobre os resultados da recente conferência “Infra-Estruturas em Angola”, fê-lo com euforia e acima de tudo com um dever de missão. Renata Valenti esteve todo o dia no Hotel Epic Sana, ouviu, facilitou e no final não se inibiu em responder a cada uma das nossas perguntas.

**No dia 2 de Fevereiro, a PLMJ Colab Angola - RVA Advogados, em parceria com a PLMJ e a Associação de Projectistas e Consultores de Angola realizaram uma conferência sobre “Infra-estruturas em Angola”. Que balanço faz desta iniciativa?**

O balanço é muito positivo! Conseguimos formar painéis com oradores com reconhecida experiência nos temas que lhes propusemos, tanto em Angola como em países vizinhos. A adesão foi grande e podemos congratular-nos de ter reunido numa sala especialistas do mais alto nível em engenharia, fiscalização, financiamento, planeamento do investimento público, contratação, entre outros. Para além disso, contamos com participação de representantes dos ministérios mais relevantes em matéria de infra-estruturas, o que facilitou a troca de experiências e expectativas entre o sector público e privado, num só espaço, num só dia.

**Considera que os temas foram ao encontro de quem se inscreveu e, sobretudo, das necessidades do país neste domínio?**

Sem dúvida. Quando pensamos nos quatro temas centrais da conferência visámos, precisamente, atrair um público experiente em projectos, desde a concepção à implementação e, idealmente, na gestão de infra-estruturas. Começámos, por isso, pelos financiamentos, abordamos várias questões relacionadas com modelos de contratos e encerrámos com um debate

sobre formas de resolução de litígios em projectos de infra-estruturas. O “feedback” que temos recebido é o de que, de facto, o programa interessou a todos os intervenientes num processo de concepção, negociação e execução de projectos estruturantes, do sector público ao privado. Do ponto de vista mais macro, Angola é um player internacional. Angola quer receber capital estrangeiro e quer fomentar o estabelecimento de investidores externos no país. Isto implica actuar dentro de modelos internacionalmente aceites, seja ao nível da definição clara do papel do Estado e do sector privado na economia, seja na adopção de modelos contratuais tendencialmente uniformes e com os quais os investidores estejam confortáveis, seja, ainda, na aceitação de que eventuais litígios possam ser decididos fora de Angola, em locais neutros e sob a supervisão de instituições internacionais.

**Quando se fala de infra-estruturas, estamos a falar de que projectos/iniciativas em concreto?**

Infra-estrutura pode ser definida do ponto de vista da engenharia ou da economia. Em qualquer dos casos, é algo de base, por vezes até invisível. Na perspectiva que quisemos abordar na conferência, infra-estrutura é o conjunto de instalações, equipamento e serviços, geralmente públicos ou concessionados pelo Estado a privados, que garantem o funcionamento de uma cidade, ou que possibilitam a produção e a circulação de bens de consumo e a troca de serviços num determinado território. Em concreto, podemos pensar em vias de comunicação rodoviária, ferroviária, portos, aeroportos, redes de abastecimento de água, linhas de distribuição de energia, centralidades, entre tantos outros que resultaram do investimento, maioritariamente público, das últimas décadas.

**Que percepção tem e como avalia a PLMJ Colab Angola - RVA Advogados temas**

**como a concepção, o financiamento e a gestão de infra-estruturas em Angola? Do que precisamos para que tudo corra bem e se potenciem resultados?**

O debate e a troca de experiências e expectativas durante a conferência que organizámos foram extremamente enriquecedores. Angola necessita de projectos-piloto, que sejam vistos como casos de sucesso a nível nacional e internacional. Isso permitirá capacitar os quadros técnicos do Estado e do sector privado nacionais e criar a confiança tão necessária nos intervenientes estrangeiros, sejam eles empresas do sector da construção, tecnologia e gestão associada às infra-estruturas e investidores financeiros nos projectos. Para isso, o país deve seleccionar um conjunto limitado de projectos (não necessariamente de grande dimensão), dar-lhes prioridade e torná-los em verdadeiros case-study e ir melhorando pouco a pouco com as lições aprendidas. O caminho faz-se caminhando e aqui não pode ser diferente. Também resultou dos debates que é preciso uma estratégia e uma comunicação eficiente dessa estratégia a todos os envolvidos no processo.

**No vosso entender, a missão de construir infra-estruturas é da responsabilidade do Estado, dos privados ou do caminho passa, em definitivo, pelas PPP?**

Nenhuma economia pode crescer sustentada, exclusivamente, com recurso aos cofres do Estado. Apesar do enorme investimento feito pelo Governo na recuperação de infra-estruturas básicas destruídas durante a guerra e na criação de novas estruturas como resposta ao permanente crescimento da população, é consensual a conveniência e urgência da transferência de algum risco e responsabilidade para o sector privado, sendo certo que o Estado deve ter muito claro que parte do risco terá de assumir, nesta lógica de risco partilhado, o que dependerá muito de projecto para projecto. A vantagem da implementação de parce-

rias público privadas é ainda mais evidente quando pensamos na gestão e manutenção de infra-estruturas. O sector privado, nacional ou estrangeiro, pode contribuir com mão-de-obra especializada e tecnologia, garantindo maior eficiência na gestão dos projectos.

**Neste caso em particular, quais foram as recomendações ou tendências evidenciadas pela conferência?**

Diria que houve consenso quanto aos seguintes pontos: necessidade urgente de o Estado seleccionar um conjunto limitado de projectos; chamar interlocutores nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento dos projectos em conjunto; começar com projectos mais simples e torná-los exemplo; passo a passo ir capacitando as estruturas do sector público; manter um repositório de experiência tendo em vista a melhoria constante nos procedimentos de concepção, lançamento e monitorização dos projectos; dar certeza e segurança jurídica aos privados para que se sintam confortáveis em investir no país e gradualmente ir baixando os custos de financiamento dos projectos.

**Pareceu-nos, e parece-nos, que não há muita informação em Angola sobre os contratos FIDIC. Será mesmo assim? Para que servem? Pelo que sabem?**

Os princípios FIDIC (Federação Internacional de Engenheiros Consultores) não são assim tão desconhecidos em Angola. Tivemos, aliás, oportunidade de ouvir do membro do Comité Executivo da FIDIC - África, que nos últimos anos foram implementados mais de cem projectos avaliados em mais de 400 milhões de dólares seguindo estes modelos, tipicamente financiados por agências multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Africano para o Desenvolvimento. A padronização de contratos ainda não é a regra e cada ministério, em função da prática e necessidades do sector, tem trabalhado com base nos seus próprios modelos. Antevê-se, no

entanto, uma progressiva padronização dos contratos celebrados com o Estado. Aliás, o Serviço Nacional de Contratação Pública já disponibiliza modelos de contratos de fornecimento de bens ou serviços e de empreitada. Tendo-se de projecto financiado por entidade estrangeira ou agência multilateral, é expectável que venham a ser adoptados, cada vez mais, os modelos FIDIC.

**Qual a sua opinião sobre os modelos de concessão existentes e em prática? Quais as vantagens, desvantagens e desafios imediatos dos mesmos?**

O modelo de concessão é, na nossa visão, uma forma eficiente de desonerar o Estado da alocação de recursos públicos para a construção e manutenção de infra-estruturas que requerem investimento permanente para um efectivo serviço público. Pensemos nas infra-estruturas de abastecimento de água e nas vantagens que podem advir da transferência da construção, gestão e manutenção para uma entidade privada, sempre sob fiscalização do Concedente Estado. Tipicamente, numa concessão, o concessionário fica responsável não só para a concepção e construção da obra, mas também pela sua manutenção, o que também contribui para o aumento do emprego, a transferência de “know-how” e reforço do conteúdo local, desde logo porque se pressupõe uma efectiva presença em Angola.

**Estiveram reunidos numa unidade hotelaria o dia todo e o público interessado não arredou pé. Foi um sinal de claro interesse sobre o tema?**

Foi um sinal claro da necessidade de diálogo entre o sector público e privado e, cremos, que os participantes tiraram partido não só do excelente painel de oradores que reunimos, como também da presença de especialistas nas diversas fases de um projecto de infra-estrutura. Ouve-se que estamos a viver um momento crucial para a concepção de novas infra-estruturas e para a criação de parcerias público privadas com vista à gestão eficiente e à manutenção permanente das estruturas, e ninguém quer ficar de fora.

**Depois desta conferência, o que se pode esperar da PLMJ Colab Angola - RVA Advogados?**

O mercado pode contar uma equipa de advogados consciente do investimento que está a ser feito na criação, melhoria e reforço das infra-estruturas do país. A nossa equipa tem conhecimentos e “expertise” adequados a todas as fases de um projecto. Temos experiência, em Angola, em projectos estruturados, desde a concepção, incluindo a negociação de financiamentos, à negociação e implementação dos contratos de construção. Temos também experiência na resolução de litígios relacionados com projectos de grande envergadura, como foco em arbitragem, tanto com sede em Angola como no estrangeiro. Esta grande conferência foi o início de outras conversas que promovemos ainda em 2023 centradas em tópicos específicos de igual relevância para a concepção e implementação de projectos estruturantes e, naturalmente, para o desenvolvimento do país.